



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

ATA DA 50ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

OBJETO: Discussão sobre o GIAT – Grupo Integrado de Apoio Técnico; Apresentação e discussão sobre a APA do Rio Verde;

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, na sala de reuniões da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, realizou-se a 50ª reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. O Diretor Presidente da COMEC e Presidente do Conselho Gestor dos Mananciais da RMC - Sr. Gil Fernando Bueno Polidoro – iniciou a reunião cumprimentando a todos e agradecendo a presença dos novos Conselheiros. Na seqüência, a Ata da reunião anterior foi colocada em discussão e os Srs. Conselheiros decidiram que a mesma deve ser aprovada e assinada pelos membros anteriores, já que os assuntos foram objeto de participação dos membros participantes daquela época. Em seguida, o Presidente do Conselho fala sobre o GIAT – Grupo Integrado de Apoio Técnico e dificuldades na sua implantação, considerando que criou-se mais uma instância burocrática e que aumentou a lentidão dos processos. O Arquiteto Raul Peccioli Filho da COMEC informou que o GIAT não tornou-se operacional, o que provocou um aumento no tempo da análise dos processos. Considerou que há algumas idéias interessantes no GIAT mas, para funcionar precisaria aumentar o número de funcionários da COMEC e do IAP. Lembrou que o GIAT evoluiu do GIT-Grupo Interinstitucional de Trabalho, sendo que este grupo tinha um certo sucesso para analisar processos mais complexos e as questões eram rapidamente resolvidas, com reuniões que ocorriam a cada uma ou duas semanas. Por outro lado, no GIAT havia presença de pessoas que não tinham ligação direta com o licenciamento. Considerou que poderia se pensar em encaminhamentos que revejam o GIAT, aproveitando o que é bom, e propor uma forma mais ágil com a participação de instituições como, por exemplo, SEMA, IAP, COMEC, etc. O Presidente do Conselho Sr. Gil F. B. Polidoro diz que a proposta da COMEC é extinguir o GIAT e, considerando a necessidade de agilização de processos como o Minha Casa Minha Vida, reativar o GIT para determinados assuntos. O Sr. Raul Clemente Peccioli Filho da COMEC sugeriu um modelo como o da Câmara Técnica do Karst. Em seguida, o Sr. Luiz Carlos Blume da SANEPAR questiona sobre a razão da existência do GIAT e que sem o mesmo como seria o licenciamento de atividades. O Sr. Gil F. B. Polidoro esclarece que a existência dele não se confirmou e que existia o GIT para processos mais complicados. Sobre esse assunto também manifestou-se o Sr. Ubiraitá Antonio Dresch, Vice-Presidente do SINDUSCON, considerando que a desburocratização é importante, pois hoje há uma sobreposição de autoridade e não de competência. Citou como exemplo um município que tem Plano Diretor e não está em área de manancial. Nesse caso, tem que obter a anuência da COMEC que só repete a lei do município. Considerou que o licenciamento ambiental é importante mas precisa dizer o que é necessário, deveria ser simplificado. Sugeriu a elaboração de uma cartilha que indique o que precisa fazer para os diferentes tipos de empreendimento visando a simplificação do processo. Na seqüência, o Sr. Raul Peccioli Filho da COMEC comentou que

a idéia desse Grupo é limpar o trecho, esclarecer questões para agilização dos trabalhos. O Sr. Luiz Carlos Blume perguntou quem acionará esse Grupo. O Sr. Nelson Adamowicz do IAP informou que já existe essa cartilha, conforme a Portaria nº 31/98, que trata do licenciamento no Estado do Paraná. Quanto ao GIAT esclareceu que o motivo de sua criação foi o Decreto Estadual nº 3411/2008, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 5476/2009. Informou ainda que no Decreto 6171/2010, que trata da APA do Rio Verde, consta o GIAT. O Sr. Nelson Adamowicz cobrou a implantação do Plano de Fiscalização e Monitoramento nas áreas de mananciais da RMC, conforme determina a Lei Estadual nº 12.248/98 e Decreto Estadual nº 6390/2006. Disse que não é contra a extinção do GIAT e que deve-se propor a revogação e as alterações dos Decretos Estaduais nº 3411/2008, 5476/2009 e 6171/2010. O Presidente do Conselho Gestor ponderou que o Conselho não possui a competência para extinguir os Decretos, mas para propor a revogação ou alteração dos mesmos. Disse ainda, que o desafio é enorme para recuperar o tempo perdido e que a intenção é pedir a revogação do GIAT ao Sr. Governador. Em seguida, o representante do Instituto das Águas do Paraná – Sr. Enéas de Souza Machado – manifesta-se favoravelmente à alteração do GIAT, com a volta do GIT, pedindo para participar do futuro grupo. Considerou ainda que o Decreto Estadual nº 3411/2008, que define as áreas de interesse de proteção de mananciais, deve ser revisto. O Presidente do Conselho Gestor dos Mananciais propôs recomendar a extinção do GIAT, instituindo na seqüência o GIT, além de pedir a colaboração das assessorias jurídicas dos demais órgãos. O Sr. Nelson Adamowicz do IAP pediu que seja feito um estudo de legislação para condomínios. Sobre a tramitação de processos o Sr. Raul Peccioli Filho da COMEC considerou que os processos deveriam ter encaminhamento normal. O Presidente do Conselho Gestor dos Mananciais colocou em votação as recomendações, que foram aprovadas por unanimidade, sendo: i) recomendar a extinção da legislação do GIAT; ii) criação do GIT por resolução. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Gil F. B. Polidoro discorreu sobre a APA do Rio Verde, que tem um zoneamento que foi alterado, não discutido no Conselho Gestor, e que o Conselho da APA do Verde ainda não foi criado. A apresentação sobre essa questão foi iniciada pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano de Campo Largo – Sr. João Batista de Souza Filho, que fez referência ao Decreto Estadual nº 6171/2010. Em seguida, a Arquiteta Letícia Gadens de Campo Largo fez a apresentação do Decreto Estadual que instituiu o zoneamento da APA do Verde. Ela informou que esse zoneamento foi assinado em 2010 mas não passou pelo Conselho e por esse motivo não foi reconhecido. Informou que o município de Campo Largo tem algumas questões a serem discutidas e pediu ajustes no Decreto. Comentou que o Decreto prevê vários instrumentos que ainda não foram elaborados como um Plano Agropecuário, um Plano de Manejo Florestal e uma Cartilha do Manancial e que o Conselho da APA do Verde ainda não foi instituído. Disse que o Decreto remete diversos casos ao GIAT, como o licenciamento, regularizações e a extração de água subterrânea no carste, e que se o GIAT for extinto essa legislação deve ser revista. Na seqüência, apresentou o zoneamento da APA do Verde, que foi elaborado por uma empresa de consultoria. O Sr. João Batista de Souza Filho disse que a maior porção da APA do Verde está em Campo Largo e pediu o reconhecimento do Decreto e autorização para propor algumas modificações. O Sr. Sandro Almir Setim – Diretor Técnico da COMEC – disse que a COMEC já tem conhecimento desse dispositivo legal, e que há alguns prazos que estão vencidos no Decreto e precisam ser revistos. Em seguida, o Sr. Gil Polidoro registra a presença do Dr. Rui Hara – Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba que cumprimenta a todos os presentes. O Sr. Raul Peccioli Filho da COMEC propôs a elaboração de uma recomendação à SEMA para



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

constituir o Conselho da APA do Verde. O Sr. João Batista de Souza Filho pediu uma autorização do Conselho para em trinta dias apresentar uma proposta de revisão do zoneamento. O Sr. Nelson Adamowicz disse que não consta no mapa de zoneamento a Zona de Ocupação Orientada II. O Sr. Luiz Carlos Blume perguntou se já houve infra-estruturação na região. O Sr. João Batista de Souza Filho disse que a Ferraria já está atendida. O Sr. Presidente do Conselho colocou em votação os assuntos que foram aprovados por unanimidade: i) reconhecimento do atual zoneamento da APA do Verde; ii) a Prefeitura de Campo Largo apresentará em trinta dias uma proposta de revisão do zoneamento ao Conselho Gestor dos Mananciais; iii) encaminhamento à SEMA de pedido de criação do Conselho Gestor da APA do Verde. O representante do SINDUSCON sugeriu a presença de dois ou três membros da sociedade civil no Conselho da APA do Verde. Essa proposta foi colocada em discussão e também foi aprovada por unanimidade. O Sr. Gil F. B. Polidoro informou que vai oficiar o IAP e a SEMA para criar o Conselho. O Sr. Irineu Nogueira da APPAM informou que a APPAM ocupará a vaga de titular, representando a sociedade civil na Câmara Técnica do Karst, e que o Sr. Harry Bollmann da PUC será o suplente. O Sr. Nelson Adamowicz do IAP sugeriu como pauta para a próxima reunião a implantação do Sistema de Monitoramento e Fiscalização das Áreas de Mananciais da RMC e o Sr. Enéas de Souza Machado do Instituto das Águas do Paraná propôs uma revisão na legislação dos mananciais da RMC. Finalmente, o Presidente do Conselho Gestor dos Mananciais agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão.

GIL FERNANDO BUENO POLIDORO
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO
Secretária Executiva

JOSÉ ANTONIO PASE
Conselheiro

GABRIEL JORGE SAMAHA
Conselheiro

EDSON DARLEI BASSO
Conselheiro

IVAN RODRIGUES
Conselheiro

SANDRO ALMIR SETIM
Conselheiro

NELSON ADAMOWICZ
Conselheiro



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

LUIZ CARLOS BLUME
Conselheiro

ENÉAS DE SOUZA MACHADO
Conselheiro

HARRY BOLLMANN
Conselheiro

UBIRAITÁ ANTONIO DRESCH
Conselheiro

IRINEU NOGUEIRA
Conselheiro